

Secção 07: Movimento feminista, história da dominação e Gênero.**História e censura: a publicação do kama-sutras e a lei inglesa que regulamentava as publicações obscenas de 1857****Felipe Salvador Weissheimer**

Resumo: O período vitoriano (Inglaterra, 1837-1901) foi marcado por profundas ambivalências morais, diversidades culturais e conflitos dos mais variados níveis, sejam eles entre as classes sociais (aristocracia, burguesia, operários, etc.), ou disputas internas no seio das próprias classes por grupos distintos. Em nossas análises aos relatos dos envolvidos na tradução e publicação do *Kama-sutras*, método que possibilitou observarmos alguns indícios da formação discursiva e, conseqüentemente, das estratégias utilizadas para que a produção do livro se desse como tal, constatamos a existência de interdições legais, tais como as promulgadas pela Lei de Publicações Obscenas de 1857, que regulavam as publicações de cunho erótico e sexual. Esta Lei teve conseqüências profundas na sociedade vitoriana, pois, a ameaça de multas e prisões gerou certa autocensura restritiva. Neste sentido, a Lei de Publicações Obscenas obteve considerável sucesso no controle e supressão à obscenidade, inclusive de obras de aspiração literária e científica. No entanto, havia certa licenciosidade, que possibilitou a publicação de vários livros de cunho erótico e sexual, tal como no caso do *Kama-sutras*. Assim, buscaremos aprofundar as discussões e referências para compreendermos as estratégias adotadas pelos produtores do *Kama-sutras* na publicação de 1883.

Palavras-chave: *Kama-sutras*. Lei de Publicações Obscenas de 1857. Inglaterra vitoriana. Sociedade Hindu Kama-Shastra. Richard Francis Burton.

Resumen: El período del Victorian (Inglaterra, 1837-1901) estuvo marcada por la ambivalencia moral y culturales diversidades y los conflictos de los distintos niveles profundos, ya sea entre clases sociales (aristocracia, burguesía, obreros, etc.), o las luchas internas dentro de clases mismas por parte de diferentes grupos. En nuestro análisis de los informes que participan en la traducción y publicación del libro Kama Sutras que permitió observar algunas evidencias de formación discursiva y, en consecuencia, las estrategias utilizadas para la producción del libro es que, nos encontramos con la existencia de prohibiciones legales, tales como las promulgadas por la Ley de Publicaciones Obscenas de 1857, que regulaba las publicaciones de carácter erótico y sexual. Esta Ley tuvo profundas consecuencias en la sociedad vitoriana, por lo tanto, la amenaza de multas y penas de prisión genera cierta censura restrictiva. En este sentido, la Ley de Publicaciones Obscenas ha tenido un éxito considerable en el control y represión de la obscenidad, que incluye obras de aspiración literaria y científica. Sin embargo, había una cierta licencia, lo que permitió la publicación de varios libros de carácter erótico y sexual, como en el caso del Kama Sutras. Por lo

tanto, vamos a buscar nuevas discusiones y referencias para comprender las estrategias adoptadas por los productores de Kama Sutas publicación en 1883.

Palabras clave: Kama Sutas. Publicaciones obscenas Ley 1857. Inglaterra victoriana. Kama Shastra la sociedad hindú. Richard Francis Burton

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX surgiram várias publicações sob o título de *Kama-sutras*. Desde então, o mercado, de uma forma geral, transformou o *Kama-sutras* em um bem cultural, sinônimo do exotismo e da volúpia sexual. Neste sentido, o *Kama-sutras* foi explorado de várias maneiras, seja em publicações ilustradas (não havia imagens eróticas na primeira publicação inglesa) ou, até mesmo, tornando-se marca de cosméticos, incensos ou produtos eróticos.

Dentre as várias publicações que levam o título de *Kama-sutras* difundidas no mercado, a versão clássica foi escrita por Vatsyayana e posteriormente publicada na Inglaterra em 1883 sob a coordenação de Richard Francis Burton. Esta versão inglesa do *Kama-sutras* foi publicada sob o título *The Kama Sutra of Vatsyayana, Translated from the Sanscrit. In Seven Parts, with*

Preface, Introduction and Concluding Remarks (O *Kama Sutra* de Vatsyayana. Traduzido do Sânscrito. Em sete partes, com Prefácio, Introdução e Observações Finais). Não constava o nome dos tradutores no livro, que foi impresso em papel grosso e encadernado em velino branco com frisos dourados, e tinha o seguinte colofão: “Cosmopoli: 1883: para a Sociedade Kama Shastra de Londres e Benares, exclusivamente para circulação privada” (Archer, 1988: 9). Entre 1883 e 1885 teve duas reedições (Archer, 1988: 9).¹

De modo geral, o *Kama-sutras* de Vatsyayana é um livro com conselhos e reflexões escritos em aforismos (*sutras*),

¹ No que se refere ao *Kama-sutras*, na impossibilidade de acesso aos originais de 1883, utilizamos como fonte uma versão portuguesa, publicada em 1988 (traduzida por Waltensir Dutra). A versão portuguesa de 1988 é uma tradução direta de uma versão inglesa de 1963, publicada sob a coordenação de W. G. Archer (com o prefácio escrito por Archer e a introdução escrita por K. M. Panikkar, ambos citados ao longo do nosso trabalho, pois foram, mesmo que minimamente, referenciais estrangeiros importantes no estudo do *Kama-sutras*). Por sua vez, a versão inglesa de 1963 é uma publicação literal do *Kama-sutras* conforme editada por Burton em 1883, apenas acrescida do prefácio de Archer e da introdução de Panikkar. Conforme consta na “Foreword” (notas prévias) da versão inglesa de 1963 “the present edition is based on the translation as it appeared in 1883 and includes the translators, preface, introduction, foot-notes and concluding remarks” (Archer, 1963: 07). Tradução da nota acima: esta edição baseia-se na tradução tal como foi publicada em 1883 e inclui prefácio, a introdução e as notas de rodapé, bem como os comentários finais, feitos pelo tradutor.

sobre os mais variados aspectos da vida humana, dentre eles o convívio em sociedade, o casamento, a aquisição de riquezas, as práticas religiosas e a satisfação dos prazeres sexuais, tanto de autoria de Vatsyayana quanto de outros autores versados no tema, citados por ele. Na antiga literatura de pensamento em sânscrito, se desenvolveu uma forma conhecida como *sutras* – ou expressões concisas com um mínimo de palavras. A *sutra*, segundo Panikkar, como um estilo literário, exige um sistema de comentários explicativos e detalhados. Na maioria dos casos, o comentário (conhecido como *Vykhayana* ou *Bhashya*) é tão importante quanto o texto original (Panikkar, 1988: 34-35). Assim, o livro contém assuntos variados, sobretudo destinados aos reis, que foi fundamentado a partir de alguns preceitos da tradição hindu e que, sobremaneira, apresenta uma dissertação concisa sobre as práticas eróticas e sexuais. Sendo um livro que se refere ao comportamento e a natureza humana, o *Kama-sutras* teve considerável destaque no dito “mundo ocidental”, principalmente no último século, a partir da compilação e tradução dos escritos de Vatsyayana para a língua inglesa.

A publicação inglesa do *Kama-sutras* foi produzida pela Sociedade Hindu Kama-Shastra e era formada por Richard F. Burton (o “descobridor”, tradutor, editor e comentador do livro) e por F. F. Arbuthnot (funcionário público indiano que auxiliou nas traduções do livro do sânscrito para o inglês, na Índia). Segundo Rice, os dois contaram com o apoio de um círculo de amigos, entre eles Monckton Milnes que, provavelmente, ajudou financeiramente; Henry Spencer Ashbee, conhecido como o dono do segundo maior acervo de livros eróticos do período (perdendo somente para o Vaticano), que ajudou na divulgação do *Kama-sutras*; e o “obscuro Dr. Steingass”. Esses membros periféricos podiam ser considerados os leitores “típicos” das publicações da Sociedade: cultos, abastados e eruditos (Rice, 1991: 452).

O grupo tinha uma importância legal, pois atribuir à Sociedade Hindu Kama-Shastra a produção dos livros foi uma estratégia adotada pelos produtores para não recaírem nas penalidades previstas na Lei de Publicações Obscenas, uma vez que enfatizava que a circulação dos livros ficaria restrita aos colecionadores. Assim, restringia o acesso do público em geral, conforme

previa a Lei, que abordaremos posteriormente.

Foram utilizadas duas gráficas diferentes para imprimir a versão inglesa do *Kama-sutras*. Assim, foram impressos apenas 250 exemplares em edições “legais”. No entanto, o *Kama-sutras* caiu na clandestinidade de tal maneira que seria impossível a qualquer censor conter ou mensurar a sua proliferação. Dois anos após a publicação da versão inglesa dos *Kama-sutras*, o parisiense Isidore Liseux traduziu esta versão inglesa para o francês, e publicou em 220 exemplares. Posteriormente, Pierre Eugène Lamairesse, um dos primeiros editores de uma publicação pirata do *Kama-sutras*, publicou uma versão francesa na qual misturava os aforismos de Vatsyayana a outros autores, tanto gregos como latinos. Possivelmente, não foram as únicas publicações piratas. Segundo Edward Rice (biógrafo de Burton), “as publicações piratas foram muito mais numerosas, e se alguém tivesse conseguido manter um levantamento preciso, o *Kama Sutra* de Burton provavelmente revelaria ser um dos best-sellers mais populares de todos os tempos” (Rice, 1991: 454).

Neste sentido, buscamos evidenciar neste artigo, a partir de alguns indícios

presentes na primeira publicação inglesa do *Kama-sutras* (1883), as estratégias adotadas pela Sociedade Hindu Kama-Shastra para que a publicação fosse efetivada em face à Lei de Publicações Obscenas de 1857, em vigor no período. Assim, este artigo se justifica pelo fato de que foi possível perceber que não há como se fazer uma História da Sexualidade apenas a partir dos discursos jurídicos, haja vista que a Lei proibia a obscenidade, mas, mesmo assim, foi os sujeitos vitorianos desenvolveram estratégias para burlar a “repressão legal-sexual”. Além disso, como veremos, posteriormente, buscamos problematizar algumas características da referida Lei, no qual é analisado sob a ótica dos debates do campo da História do Gênero², campo que privilegia, como metodologia, a análise das relações de poder que se dão entre os gêneros.

Dentre os integrantes da Sociedade Hindu Kama-Shastra, Burton³ foi o membro

² Sobre a formação do campo historiográfico dos estudos de Gênero, ver: Pedro, Joana Maria (2005), “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. *Revista História*, 24(1), 77-98.

³ Richard Francis Burton nasceu em 19 de março de 1821 na cidade inglesa de Torquay e faleceu em 20 de outubro de 1890 em Trieste, cidade do nordeste da Itália. Foi erudito, cientista, soldado, cônsul, agente secreto, explorador, aventureiro, tradutor e escritor. Em especial, como cônsul, agente secreto e explorador da Coroa Britânica, ele conheceu várias

de maior importância, status este que lhe rendeu um maior destaque em nossa pesquisa. Além de fomentar a publicação, ele auxiliou na tradução, editou e enunciou vários comentários ao longo da obra. Em seus comentários, percebemos que o projeto da tradução e publicação do *Kama-sutras* visava em especial à instituição de “novas” práticas sexuais aos seus contemporâneos. Para ele, importava não apenas “conhecer o outro”, mas “aprender com o outro”, e o discurso de Vatsyayana foi constituído por Burton neste “manual de aprendizagem”.

Diferente da popular literatura romântica e moralizante dos vitorianos, Vatsyayana (autor indiano do *Kama-sutras*) desenvolveu um discurso analítico, no qual relacionaram de forma direta os aspectos anatômicos, biológicos e funcionais do corpo, na intenção de garantir que, a partir de performances sexuais variadas, os sujeitos obtivessem o êxito máximo dos prazeres:

Eis os lugares adequados ao beijo: a testa, os olhos, as faces, o pescoço, o peito, os seios, os lábios e o interior da boca.

(...) Quando o amor se torna intenso, os beliscões com a ajuda das unhas, ou os arranhões do corpo, são praticados nas seguintes ocasiões: na primeira visita;

regiões do mundo, desde o Oriente Médio, a Ásia hindu, a África meridional e a América do Sul, experiências que lhe proporcionaram entrar em contato com as mais variadas práticas culturais (Rice, 1991).

no momento de partir para uma viagem; de volta de uma viagem; no momento da reconciliação com um amante aborrecido; e, finalmente, quando a mulher está embriagada.

(...) Todas as partes do corpo que podem ser beijadas podem ser mordidas, com exceção do lábio superior, o interior da boca e os olhos. As qualidades dos bons dentes são as seguintes: devem ser iguais, ter um brilho agradável, passíveis de serem coloridos, de proporções adequadas, ininterruptos e com pontas afiadas.

(...) Quando as pernas tanto do homem como da mulher estão estendidas uma sobre as outras, adotam a “posição envolvente”, que se pode praticar de duas maneiras: na posição lateral e em decúbito dorsal. Na posição lateral o homem deve, invariavelmente, deitar-se do seu lado esquerdo e a mulher de seu lado direito, regra a ser observada em relação a todos os tipos de mulheres (Vatsyayana, 1988: 98-107).

Predominantemente, ao longo do livro, Vatsyayana destinou seu discurso aos homens, como agentes ativos e produtores dos prazeres sexuais. Neste sentido, as representações compartilhadas por Burton, nos seus comentários presentes no *Kama-sutras*, sobre a “natureza sexual feminina” (considerada essencialmente passiva no coito), concomitante a uma parcela emergente dos discursos médicos, reconheciam que as mulheres só se saciavam quando experimentavam o “espasmo genésico” (orgasmo).⁴ Assim, percebemos

⁴ O “espasmo genésico” (orgasmo), enquanto fenômeno físico-sexual, no discurso de Guyot, era tido como as contrações involuntárias e convulsivas

que, por exemplo, o discurso do Dr. Jules Guyot⁵ sobre o espasmo genésico foi significativo para que Burton tirasse algumas conclusões sobre a natureza do prazer sexual feminino, referenciado em seus comentários, no livro. Guyot defendia a necessidade do marido e da esposa satisfazerem suas excitações sexuais de forma completa e perfeita, vivenciando a sensação do espasmo genésico.⁶

dos músculos, sobretudo os relacionados e que afetavam os órgãos sexuais, incluindo aqueles que não obedecem aos comandos conscientes. Manifestava-se em diversas circunstâncias, mas especialmente se realizava de forma simultânea em homens e mulheres, produzindo um êxtase momentâneo. Para Guyot, nos seres humanos o ato genésico completo e perfeito era normal se, depois de sentido, deixasse um estado de bem-estar e saúde, comparado ao que resultava da satisfação de uma “necessidade imperiosa” (necessidade fisiológica) (Guyot, 1882: 64). O êxtase e sensação de saciedade que acompanhava o espasmo físico era uma das características emocionais do espasmo genésico. Após o choque nervoso que caracterizaria o espasmo físico, os indivíduos sentiriam uma sensação de perfeita calma, no qual o estado “mais negro da mente” tenderia a alegria e “expansão do coração” (Guyot, 1882: 64-65).

⁵ Jules Guyot (1807-1872) se dedicou a várias áreas do conhecimento, dentre elas a física, a medicina e a agronomia, além da política. Teve um currículo acadêmico de considerável destaque nestas áreas, com várias publicações. Em especial, no que se refere à medicina, aspirava, mediante reflexões filosóficas, algumas considerações sobre a fisiologia humana e suas relações com as emoções. Mais informações em: GUYOT, Jules. **Bréviaire de l'Amour Experimental**. Paris: Librairie Physiologique, 1882.

⁶ Nas classificações de Guyot percebemos certa distinção entre os fenômenos fisiológicos dos fenômenos emocionais, distinção esta que era uma novidade na época. O “espasmo genésico”, nome caracterizado por ele para o orgasmo, segundo Guyot,

Nos debates sobre a natureza e as terapias possíveis à histeria feminina, Guyot afirmou que a ausência de satisfação sexual feminina ocasionaria o aparecimento dos sintomas característicos do “quadro patológico histérico”. Burton, influenciado pelas teorias de Guyot, afirmou que vários maridos, por ignorarem o sentimento das esposas, não prestavam atenção à paixão das mesmas. Segundo ele, era preciso preparar a mulher para a cópula, se é que se pretende satisfazê-la plenamente. E elas só se saciavam ao “experimental o espasmo genésico” (Burton, 1988: 92).

A partir destas considerações, o *Kama-sutras* teve, em certos aspectos, um caráter terapêutico em relação aos discursos médicos e a literatura romântica do período vitoriano, pois se consolidou como um “manual de aprendizagem” sexual. No entanto, não foram para as mulheres que Burton idealizou a tradução do livro. Ou

manifestava-se em diversas circunstâncias, mas especialmente se realizava de forma simultânea em homens e mulheres, produzindo um êxtase momentâneo. A experiência da sensação do espasmo simultâneo, para Guyot, era muito rara, e um sinal da perfeição e da sensação natural da atividade sexual. Caso contrário, afirmou Guyot, quando a função genésica fosse interrompida ou insatisfeita, sintomas como a depressão e a fadiga possivelmente apareceriam, na qual poderiam resultar em distúrbios do sistema nervoso e outras doenças (tal como a histeria), originadas a partir do problema da excitação insatisfeita (Guyot, 1882: 64-65).

seja, as mulheres não foram as “leitoras virtuais” (destinatárias), pressupostas por Burton nos comentários do livro. Pelo contrário, o tradutor-comentador, em seus enunciados, deixou claro que seria importante que partisse dos homens a investida sexual para que as mulheres se satisfizessem plenamente no sexo. Portanto, as representações sobre o feminino, sobretudo relacionadas ao prazer sexual, foram sobrecarregadas de perspectivas e proposição de comportamentos destinados aos homens.

Embora houvesse uma proliferação dos discursos sobre o sexo no período vitoriano, a experiência íntima da sensação de prazer proporcionada pelo sexo, de forma geral, ainda gerava conflitos morais. Havia certo zelo sobre as publicações deste gênero, na qual as manifestações das experiências íntimas vinculadas ao sexo poderiam ser caracterizadas como obscenidade e, conseqüentemente, censuradas pela legislação que controlava as publicações.

2. A INTERDIÇÃO DO SEXO NA LEI DE PUBLICAÇÕES OBSCENAS (OBSCENE PUBLICATIONS ACT) DE 1857

Parece que em meados do século XIX, a moralidade se intensificou sobre as publicações obscenas e adentrou a Câmara dos Lordes⁷. Nela, lorde John Campbell apresentou um projeto-lei (que, posterior aos debates tornou-se a *Obscene Publications Act* de 1857) que oferecia pelo menos três inovações aos procedimentos legais sobre publicações obscenas: o poder dos oficiais puramente executivos (comissários da Polícia Metropolitana), e magistrados de emitir mandado; esse mandado com permissão de entrar em locais privados, se necessário pela força; como também permitir a polícia apreender e destruir qualquer material obsceno encontrado sem qualquer outra referência, como por exemplo, de um magistrado do tribunal de apelação (Roberts, 1985: 619).⁸ O projeto-lei foi aprovado com ressalvas, conforme veremos, posteriormente.

Campbell justificou essas inovações afirmando que tais métodos drásticos eram a

⁷ A Câmara dos Lordes (*House of Lords*) foi estabelecida no século XIV, sendo constituído por um corpo não-eleito de membros. Desde então, pareceu representar, historicamente, os segmentos mais conservadores da sociedade inglesa. O parlamento também inclui a Coroa britânica e a Câmara dos Comuns.

⁸ A tradução do artigo *Morals, Art, and the Law: The Passing of the Obscene Publications Act, 1857* escrito por M. J. D. Roberts e utilizada várias vezes nesta dissertação foi efetivada por mim, de forma livre.

única maneira eficaz de lidar com um comércio que “funcionava em segredo”.⁹ Porém, a forma na qual simplificou a ação dos oficiais da justiça de agirem sobre a privacidade doméstica e sobre os direitos de propriedade despertou apreensão generalizada, mesmo entre os dispostos a cooperar com o projeto-lei (Roberts, 1985: 619).

Os contrários ao projeto do lorde Campbell argumentaram que o custo das restrições à liberdade de discussão e expressão, sobretudo entre homens adultos, era um preço muito alto a se pagar (Roberts, 1985: 621-622). Os homens da alta burguesia eram ávidos consumidores de arte e literatura obscena, seja como entretenimento ou fonte informal de instrução sexual.¹⁰

⁹ Ao que tudo indica, parece que a pornografia foi comercializada livremente na Inglaterra ao longo do século XIX, ainda que não totalmente sem restrições. Sua produção era maciça e de fácil obtenção. Em Londres, a *Holywell Street* ficou historicamente conhecida por ser o epicentro do comércio de publicações de obscenidades em geral (Gay, 1988: 258).

¹⁰ Segundo Alain Corbain (1991), as obras de artes desempenhavam um papel importante na educação dos sentidos da juventude burguesa vitoriana. Mais informações em: CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Os debates sobre o projeto-lei giravam em torno de três questões: o cuidado com a moralidade dos jovens, o problema do acesso das classes trabalhadoras às publicações obscenas e a ignorância dos policiais em julgar sumariamente o que era obsceno (ou não) nas publicações.

O apelo aos cuidados dos jovens foi um alarme utilizado pelos defensores do projeto para invocar os sentimentos de decência tradicionais às famílias vitorianas. Houve certo consenso nesta proposição, pois era comum acreditar que havia uma “indecência” na literatura obscena capaz de corromper a juventude a tal ponto que os efeitos físicos da excitação que a obscenidade gerava, eram comparados a doenças como a lepra ou a ingestão de veneno (Roberts, 1985: 615).

Conforme destacou Peter Gay, é interessante notarmos a forma que aqueles que caçavam publicações obscenas prescreviam certa moralidade para com as gerações que cresciam: a proclamação de 1787 do rei George III já havia invocado a necessidade de proteger “os jovens e incautos”; depois lorde Campbell, nomeando-se protetor dos jovens, buscou “purificar” a Inglaterra dos malefícios das

publicações obscenas. Sua causa, do ponto de vista da moral religiosa, parecia razoável: os jovens, ainda inexperientes em relação às realidades mundanas, eram suscetíveis de serem vitimados pelas seduções da obscenidade. Mas esse apelo se apoiava em fontes mais profundas, pois “presumia um fundo de perversidade oculto em cada criança e em cada adolescente, à espera de ser acionado” (Gay, 1990: 140).

Também havia um temor de que o livre comércio da obscenidade poderia estimular os apetites criminais das classes trabalhadoras, acentuando sua indisciplina sexual e social. Portanto, os esforços do projeto-lei contra as publicações obscenas levariam os trabalhadores a uma autodisciplina e regularidade moral, pretensão dos escalões superiores da sociedade para a organização social e majoração do capital.

No entanto, o projeto-lei do lorde Campbell não foi o primeiro a tentar controlar a classe trabalhadora em matéria de leitura, e isso não foi uma acusação lançada seriamente contra ele: havia “um conjunto de valores que alguns autores qualificam de puritanos, outros de moralistas, que correspondem, nas classes médias, a uma herança de dois séculos” (Barbosa, 2011:

21). Segundo Renata Barbosa, figurava entre os burgueses um espírito de economia, de dedicação ao trabalho e, conjuntamente, uma extrema importância atribuída à moralidade e aos deveres da fé. Nesse contexto, a pobreza foi frequentemente ligada ao vício, à preguiça, aos excessos. Com a repulsa ao vício, tocava-se em grandes tabus vitorianos: o sexo e, conseqüentemente, a família (Barbosa, 2011: 21-22).

Os grupos que criticaram o projeto-lei que regulamentava as publicações obscenas, proposto pelo lorde Campbell, conseguiram lograr algumas adequações ao projeto, que posteriormente atingiu o livro de estatutos legais, sobretudo em defesa dos grupos “eruditos”. Foram protegidos os direitos dos colecionadores e instituições culturais (notoriamente frequentadas pelas classes abastadas), sob o argumento que eles não tinham o intuito comercial de atingir as vias públicas com suas publicações, onde o jovem, o ignorante, e o vicioso teriam acesso à obscenidade. Desta forma, constituiu-se a possibilidade dos grupos “eruditos” se protegerem formalmente através da apelação aos magistrados, na justificativa de que as publicações serviam para a elevação cultural, mediante o conhecimento (Roberts, 1985: 621-622).

É possível que sejam a partir dessas facetas do poder que, pelo menos parcialmente, o sexo tornou-se cada vez mais privado, objeto restrito por excelência à intimidade individual, entre os vitorianos. As investidas dos “guardiões” da moralidade pública e sexual conseguiram, no estatuto legal, banir das ruas as publicações “obscenas”, fazendo com que, pelo menos entre a burguesia vitoriana (detentora do “dom imanente à erudição”) o contato com a atividade sexual enquanto volúpia, seja por experiência ou compartilhamento de informações, ficasse restrita à privacidade e a intimidade.

Outro ponto processual que os opositores ao projeto-lei original do lorde Campbell lograram mudanças foi na retirada do poder da polícia em classificar sumariamente o que era obsceno. Este foi um dos aspectos mais preocupantes do projeto em sua forma original, pois, segundo foi debatido entre os lordes, os policiais não tinham discernimento cultural suficiente para ter a palavra final sobre uma publicação, pintura ou escultura ser ou não obscena. Afinal de contas, era uma tarefa delicada e difícil de traçar a linha entre o que era obsceno ou meramente estético.

Delegar apenas aos magistrados o direito de julgar os processos em matéria de obscenidade foi uma grande conquista para os grupos “eruditos”. Numa avaliação ao impacto da lei de 1857 sobre a sociedade vitoriana, confirmamos uma lacuna entre a intenção legislativa e sua aplicação prática. A lei, que não tinha uma definição clara sobre o que era obscenidade, acabou por alargar sua definição (Roberts, 1985: 629).

Peter Gay (1988: 261-264)¹¹, relatou uma sentença de 1868 que, segundo ele, estabeleceu o tom da definição do que era obscenidade por cerca de um século na Grã-Bretanha, bem como na maior parte dos Estados Unidos. Segundo ele esta sentença, proferida pelo juiz Cockburn, forneceu ainda um grande espaço para que os moralistas e os promotores públicos ambiciosos pudessem manobrar. “O teste da obscenidade” escreveu o juiz, é saber “se a tendência do material objeto da acusação” é capaz de “depravar e corromper aqueles cujas mentes estão abertas a tais influências imorais, e em cujas mãos uma publicação desse tipo tem alguma probabilidade de cair”.

¹¹ Os próximos parágrafos foram escritos baseados em Peter Gay (1988).

Deixar em aberto a definição da obscenidade também acabou por facilitar os procedimentos de repressão, pois possibilitou que a polícia, os magistrados e os ativistas morais desenvolvessem argumentações com ampla interpretação da lei de 1857. Segundo Peter Gay, tanto os “guardiões” particulares da virtude pública que militavam, por exemplo, na Sociedade para a Supressão do Vício¹², quanto os promotores públicos, “se recusavam terminantemente a estabelecer distinções fundamentais entre obras dedicadas apenas ao relato de cópulas sexuais e as que continham parágrafos esparsos ou versos isolados que eles julgavam indecentes”. Além disso, afirmou que “as diversas maneiras pelas quais os leitores reagiam ao que liam contribuem para esclarecer toda essa confusão. O que para um era uma obra-prima, para outro não passava de pornografia”.

Nas décadas que seguiram, a *Obscene Publications Act* (Lei de Publicações Obscenas) obteve considerável

sucesso no controle e supressão à obscenidade, inclusive de obras de aspiração científica. As obras literárias que foram suprimidas, na maioria dos casos, eram traduções de autores estrangeiros ou clássicos mais irreverentes. Em meados dos anos 70, por exemplo, a Sociedade para a Supressão do Vício conseguiu impedir a distribuição de traduções baratas de Giovanni Boccaccio e de François Rabelais, ameaçando os editores com ação legal. Nos anos 80, a Associação Nacional de Vigilância garantiu a supressão (e eventual prisão) de Henry Vizetelly, o editor dos romances de Émile Zola. Conforme explicaram os promotores, estas obras poderiam ser seguramente lidas por um cavalheiro na língua original e em uma biblioteca particular (Roberts, 1985: 628).

Seja qual for a razão para a distinção, percebemos que a ausência de uma definição clara sobre o que era obsceno (ou não) teve um considerável efeito sobre os autores e os donos das gráficas. Muitos pornógrafos e literatos levaram seus negócios na clandestinidade, assinando suas obras com pseudônimos. Editores e distribuidores de literatura erótica foram pressionados a tomar um cuidado redobrado com o teor erótico de suas publicações, pois poderiam esperar

¹² Segundo Jonathan Margolis, a Sociedade para a Supressão do Vício foi fundada em 1802, por William Wilberforce, com o intuito de “deter a disseminação da imoralidade e do vício aberto, e mais especificamente a preservar as mentes dos jovens da contaminação pela exposição da corruptora influência de publicações, gravuras e livros licenciosos e impuros” (Margolis, 2006: 251).

qualquer coisa dos burocratas e juízes “diante de suas desculpas piedosas de que aquelas obras aparentemente ofensivas eram na realidade tratados moralistas destinados a combater justamente aqueles vícios que eram obrigados a explorar” (Gay, 1988: 261).

Para aprofundarmos nosso entendimento sobre a Lei de Publicações Obscenas de 1857 é importante efetivarmos, mesmo que parcialmente, algumas considerações sobre o conteúdo das ditas publicações obscenas que circularam entre os vitorianos. Para tanto, nos deteremos ao conteúdo do *Index de livros proibidos*, pois reflete, em partes, o imaginário erótico, as fantasias, os desejos sexuais e as representações sobre o sexo, extremamente machistas e predominantemente violentas, que circulavam naquele período.

Neste sentido, consideramos que o *Index de livros proibidos* é um livro de grande valor documental para analisarmos de forma mais consistente o conteúdo e as características de boa parte da literatura erótica e pornográfica que circulava na Inglaterra no final do século XIX. Escrito por Henry Spencer Ashbee, o *Index* é um catálogo que descreve as publicações que estavam no acervo pessoal do autor.

No livro, o autor catalogou 112 obras dos mais variados gêneros (romances, manuais, poemas, livro de gravuras) de conteúdo essencialmente erótico e sexual. Aurélio de Lacerda, que escreveu a introdução do *Index* em língua portuguesa¹³, destacou com grande discernimento a forma utilizada por Ashbee na escrita do livro:

As obras são dadas em ordem alfabética, segundo o título original inglês (com exclusão dos artigos), dividindo-se sua apresentação em três partes: a) a história da publicação do livro, na edição em mão do autor-colecionador; b) um sumário do conteúdo da obra; c) uma pequena apreciação crítica de seu valor literário. Das obras mais importantes, são dados excertos de maior ou menor expressão, para que o leitor tome um contato direto com elas (Lacerda, 1970: 08).

A forma pela qual Ashbee estruturou seu catálogo merece nossa atenção. Em algumas referências mencionadas no *Index*, há informações sobre a história dos livros. Infelizmente, Ashbee não descreveu com detalhes sobre os possíveis processos e as penas sofridos pelos autores. No entanto, acreditamos que, mesmo frente à flexibilidade da definição da obscenidade na Lei de Publicações Obscenas de 1857¹⁴, a

¹³ Referimos-nos à ASHBEE, Henry Spencer. **Index de livros proibidos**. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Artenova, s/d.

¹⁴ Ashbee citou que, por exemplo, o inofensivo termo “cueca” poderia soar obsceno, sendo coloquial o uso do termo “roupa de baixo” (Ashbee, 1970: 53).

maioria das obras descritas no *Index*, se processadas pelo seu conteúdo, sofreriam condenação.

Além disso, o Ashbee buscou apresentar uma apreciação crítica referente às obras. Havia uma preocupação do autor em dissertar sobre a qualidade estética da escrita dos livros. Foram poucos os casos em que ele analisou o teor moral do conteúdo das obras, sendo que, por exemplo, foi mais crítico em relação à homossexualidade masculina do que em relação ao estupro das mulheres.

De modo geral, todos os livros descritos no *Index*, tinham temáticas polêmicas frente ao projeto de civilidade proposto pelos “guardiões” da castidade, que promoviam as políticas públicas de moralidade no período vitoriano. Neste sentido, o sexo grupal¹⁵, o adultério¹⁶, a homossexualidade¹⁷ (masculina e feminina), o voyeurismo¹⁸, a prostituição¹⁹ e o

¹⁵ Conteúdo das obras *Contadores de histórias de amor* (Ashbee, 1970: 174) e *O festival das paixões* (Ashbee, 1970: 103).

¹⁶ Conteúdos das obras *Curiosidades de flagelação* (Ashbee, 1970: 57) e *Os amantes enclausurados* (Ashbee, 1970: 25).

¹⁷ Conteúdo das obras *O jovem Alcebiades no colégio* (Ashbee, 1970: 21) e *Don Leon* (Ashbee, 1970: 71).

¹⁸ Conteúdo da obra *A vida de miss Louisa Selby* (Ashbee, 1970: 169).

¹⁹ Conteúdo das obras *Prostituição em Veneza* (Ashbee, 1970: 251), *Os mistérios da prostituição*

sadomasoquismo²⁰ foram temas de considerável destaque nos livros do *Index*. Além destes, a pedofilia²¹, o estupro²², o incesto²³ e a violência física²⁴ (sem o consentimento) também estiveram presentes de forma significativa nos enredos das obras catalogadas por Ashbee.

Entre elas, a obra *As batalhas de Vênus* é um exemplo significativo. Supostamente publicada em Haia em 1760, de autoria desconhecida por Ashbee, a obra foi republicada por W. Dugdale em 1850-60, com alterações. Portanto, a título de referência e em função das alterações do conteúdo da obra, atribuiremos à Dugdale a suposta autoria.

Em síntese, conforme relatado no *Index*, a obra se destinou a dissertar sobre os

(Ashbee, 1970: 210) e *O lado sombrio da vida de Nova Iorque* (Ashbee, 1970: 63).

²⁰ Conteúdo das obras *Exposição de flageladores* (Ashbee, 1970: 87), *Conferências elegantes* (Ashbee, 1970: 102) e *Mistérios da flagelação* (Ashbee, 1970: 204).

²¹ Conteúdo das obras *O querubim* (Ashbee, 1970: 51), *As batalhas de Vênus* (Ashbee, 1970: 42) e *A casa mal-assombrada* (Ashbee, 1970: 132),

²² Conteúdos das obras *As curiosas e divertidas histórias e aventuras de uma cama* (Ashbee, 1970: p. 61), *As experiências amorosas de um cirurgião* (Ashbee, 1970: 26), *A virgem violada* (Ashbee, 1970: 122) e *Gêmeas lascivas* (Ashbee, 1970: 165).

²³ Conteúdo das obras *Os amores de Vênus* (Ashbee, 1970: 173) e *Eveline* (Ashbee, 1970: 86).

²⁴ Conteúdo das obras *Conferência experimental* (Ashbee, 1970: 92), *O Turco Luxurioso* (Ashbee, 1970: 179) e *Curiosidades de flagelação* (Ashbee, 1970: 57).

vários modos pelos quais os homens poderiam usufruir das mulheres para obter satisfação sexual. Na avaliação de Ashbee, a obra é “uma averiguação filosófica sobre o ato físico do amor, escritas de maneira inteligente e agradável, em que cada ponto é exposto com precisão lógica” (Ashbee, 1970: p. 43). No entanto, na obra, há uma nítida incitação à violência contra as mulheres e as crianças do sexo feminino. Para o autor de *As batalhas de Vênus*, “o desejo de deflorar uma virgem é um gosto adquirido, mas, apesar disto, é o auge do prazer sensual” (Dugdale, 1970: p. 44). Segundo ele, a “perfeita defloração” deveria ocorrer antes que a moça alcançasse os sinais da puberdade:

O tempo de gozar a beleza imatura parece ser um ano antes que a delicada beldade descubra em si os sintomas da maturidade: quando o seu monte ainda não apareceu a encaracolada vegetação e tudo está como a sua mão de lírio, nua e lisa; antes que a lustração periódica tenha manchado as suas roupas de virgem; enquanto o seu peito é ainda uma elevação geral e não dois orbes distintos e enquanto a sua mente delicada ignora o que o homem pode fazer com ela, a não ser o que aprendeu pelas novelas, pela informação da natureza, de suas jovens companheiras ou das empregadas (Dugdale, 1970: 46).

Há um nítido instinto pedófilo na descrição acima, uma vez que o autor destaca que a “terna inocência” da “mente

delicada” da criança, que desconheceria o que “o homem poderia fazer”, seria uma característica fundamental da “perfeita defloração”. Entretanto, este trecho não é o único que incita a violência na obra, pois o autor destacou sobre os “prazeres do estupro”:

Não posso conceber melhor banquete para um homem de temperamento ardente do que ver uma bela e pudica mulher desnudada à fôrça; de observá-la lutando e soltando (sic) pouco a pouco as suas belezas escondidas até chegar à sua última peça, e depois deitá-la e, apesar dos seus esforços, pilhar todos os seus encantos e penetrar mesmo no seu acalentado tesouro. Pois supõe-se que aqui há resistência de ambas as espécies, a do pudor e a da sua beleza. E, do lado do homem, uma imaginação preparada pelo desejo e um corpo disposto a tirar o máximo proveito de seus mandatos (Dugdale, 1970: 46).

Acreditamos que o livro retrata uma faceta cruel que estava em voga no período vitoriano, relacionada às práticas de abuso sexual. Parece-nos que havia uma espécie de “demência coletiva”, que se expressava nas fantasias dos autores, em agir com violência, principalmente, contra as mulheres que, de certa forma, representavam a “docilidade feminina” e a “castidade moral-sexual”, valores estes caros para boa parte da burguesia vitoriana.

Além disso, no entanto, percebemos que os abusos sexuais retratados nos livros

do *Index* tinham uma relação implícita com os valores sociais, sobretudo ligados às relações de gênero e ao matrimônio, de boa parte dos vitorianos. Era comum que as jovens adolescentes, ainda em tenra idade, se casassem com homens adultos, tendo grande diferença de idade entre os cônjuges. Neste sentido, havia certa licenciosidade entre os vitorianos, na qual permitiu que boa parte das jovens adolescentes, com pouco (ou sem) preparo sexual, fossem defloradas, quase sem opção, por seus maridos, normalmente mais experientes em matéria sexual. Entendemos que esta disparidade nas relações sexuais, culturalmente aceita no período, era uma forma de violência promovida de forma ostensiva contra as mulheres. Assim, embora o livro de Dugdale, citado anteriormente, pareça retratar com crueldade as relações sexuais, havia certa licenciosidade nas relações de gênero, que permitia com que os homens agissem com violência contra as mulheres. Isto, principalmente contra as jovens que, ainda em tenra idade, estavam sujeitas a serem negociadas para o casamento, como mercadorias, por seus pais ou responsáveis.

3. A LEI DE PUBLICAÇÕES OBSCENAS E AS ESTRATÉGIAS DE

PUBLICAÇÃO DO *KAMA-SUTRAS* EM 1883

Um caso exemplar de como os impressores inculcaram as repressões contra as publicações obscenas foi relatado por Henry Spencer Ashbee, em seu *Index de Livros Proibidos*. O autor, referindo-se à impressão do *Ananga Ranga* (livro publicado pelos mesmos produtores do *Kama-sutras*), relatou que, “infelizmente só existiam quatro cópias” do livro “porque o impressor, lendo as provas, ficou alarmado com a natureza do livro e recusou imprimir a edição” (Ashbee, 1970: 143).

Henry Spencer Ashbee juntamente com Forster Fitzgerald Arbuthnot e Richard Francis Burton compôs a *Hindoo Kama-Shastra Society* (Sociedade Hindu Kama-Shastra)²⁵, que produziu o *Ananga Ranga*

²⁵ Segundo Edward Rice, “a Kama Shastra Society era formada por Arbuthnot e Burton, contando com o apoio de um círculo de amigos, entre eles Monckton Milnes, que provavelmente ajudou pelo lado financeiro. Esses membros periféricos podiam ser considerados os leitores “típicos” das publicações da sociedade: cultos, abastados e eruditos. Um dos mais importantes era Henry Spencer Ashbee, homem de negócios bem-sucedido, que, segundo Thomas Wright, era um conhecedor do submundo, “desde os sórdidos arredores de Whitechapel até os bazares de Túnis e Argel”. O passatempo de Ashbee era compilar bibliografias pornográficas – ao todo, fez três –, quando usava o pseudônimo de Pisanus Fraxi (Abelha do Freixo [ou seja, em inglês, Ashbee]); essas obras fornecem detalhes sobre a Kama Shastra

(1873), o *Kama-sutras* (1883) e o *Mil e uma noites* (1885). O grupo tinha uma importância legal, pois atribuir à Sociedade Hindu Kama-Shastra a produção dos livros foi uma estratégia adotada pelos produtores para não recaírem nas penalidades previstas na Lei de Publicações Obscenas, uma vez que enfatizava que a circulação dos livros ficaria restrita aos colecionadores. Assim, restringia o acesso do público em geral, conforme previa a Lei.

Nem todos os integrantes participaram diretamente na produção dos livros. No que se referiu às traduções indianas (*Ananga Ranga* e *Kama-sutras*), Forster Fitzgerald Arbuthnot e Richard Francis Burton tiveram participação ativa, sendo que Arbuthnot coordenou as traduções na Índia e Burton transformou o texto numa “linguagem mais acessível” (Rice, 1991: 434), acrescentando-lhe comentários.

O *Ananga Ranga* é um tratado escrito originalmente em sânscrito por Kalyana Malla²⁶, composto a partir da compilação de livros antigos da tradição hindu, incluindo o

Society que têm sido utilizados pelos biógrafos” (Rice, 1991: 452).

²⁶ Segundo consta no *Ananga Ranga*, Kalyana Malla era da casta dos brâmanes (a mais elevada casta hindu, a sacerdotal) e teria escrito o referido tratado para a instrução de Lada Khan, que era filho do vice-rei de Gujarat (centro-oeste da Índia), possivelmente entre os séculos XV-XVI.

Kama-sutras. Segundo Ashbee, foi escrito para o “uso de um monarca da raça Lodi” (Ashbee, 1970: 144). Entretanto, o tratado popularizou-se no Oriente, sendo encontrado em várias regiões e idiomas. O objetivo do livro era evitar a separação do casal (Ashbee, 1970: 144), mediante a prescrição de várias práticas para obter o prazer sexual embasadas na metafísica transcendental da tradição tântrica.²⁷

Em relação à Lei de Publicações Obscenas, pareceu-nos que os produtores do *Ananga Ranga* buscaram omitir seu conteúdo, pois nas primeiras folhas do livro escreveram que o mesmo foi escrito “sòmente para uso privado dos Tradutores, em conexão com uma obra sôbre a religião hindu e sôbre as maneiras e costumes dos hindus. Impresso em Londres, 1873” (Ashbee, 1970: 143).

²⁷ Na mitologia tântrica as divindades Shiva e Parvati, que representam os aspectos masculino e feminino da Natureza, engendram o Universo a partir do ato sexual. No tantrismo, acredita-se que o homem e a mulher são semelhantes à Shiva e Parvati e que o sexo é um momento ritual (*maithuna*) no qual os parceiros podem canalizar suas energias para os mais variados fins, “engendrando” o Universo de modo análogo ao mito. Ou seja, o *maithuna* é uma ritualização do mito sexual de Shiva e Parvati. No *Ananga Ranga*, por exemplo, está escrito que, mediante a compreensão e a prática da arte sexual contida no livro, o homem poderia ser dispensado “da transmigração de almas posteriores” e poderia juntamente com sua esposa reencarnar diretamente no *Svarga* (céu) (Malla, s/d: 27).

Se comparado com o *Kama-sutras*, o *Ananga Ranga* obteve pouca notoriedade entre os ingleses. Embora o autor do *Ananga Ranga*, Kalyana Malla (séc. XVI), tenha se inspirado em muitas passagens do *Kama-sutras*, de Vatsyayana (séc. I-IV aproximadamente), há uma substancial diferença no tratamento de ambos os autores em relação ao sexo. Contudo, acreditamos que a pequena difusão da publicação do *Ananga Ranga* comparado ao frenesi do *Kama-sutras* não se deve ao conteúdo do livro, mas pelas estratégias adotadas na produção e impressão do livro.

O *Kama-sutras* veio com uma enunciação diferenciada do *Ananga Ranga* nas suas páginas de rosto. Nele, os produtores enunciaram que o livro foi impresso em Benares na Índia, para a Sociedade Hindu Kama-Shastra, somente para circulação privada e, conforme também relatado Arbuthnot, o livro foi impresso em Londres (Ashbee, 1970: 151-152), mas foi feita a referência à Benares para enganar os censores (Rice, 1991: 454). Isto é significativo, pois acreditamos que os produtores aprenderam com o insucesso do *Ananga Ranga*, conquistando uma maior licenciosidade na publicação do *Kama-sutras*. De qualquer forma, a intenção dos

produtores era que ambos os livros fossem lidos apenas por um público seletivo de “eruditos”, com circulação privada e tiragem pequena.

Segundo Edward Rice, foram utilizadas duas gráficas diferentes para imprimir o *Kama-sutras*, para se precaver do caso de alguma autoridade intervisse para suspender a publicação (Rice, 1991: 454). Assim, foram impressos apenas 250 exemplares em edições “legais”. Porém, o *Kama-sutras* caiu na clandestinidade de tal maneira que seria impossível a qualquer censor conter ou mensurar a sua proliferação.

Dois anos após a publicação da versão inglesa dos *Kama-sutras*, o parisiense Isidore Liseux traduziu a versão inglesa para o francês, e publicou em 220 exemplares. Posteriormente, Pierre Eugène Lamairesse, um dos primeiros editores de uma publicação pirata do *Kama-sutras*, publicou uma versão francesa na qual misturava os aforismos de Vatsyayana a outros autores, tanto gregos como latinos.

Como já mencionado, possivelmente, não foram as únicas publicações piratas. Rice afirmou que “as publicações piratas foram muito mais numerosas, e se alguém tivesse conseguido manter um levantamento

preciso, o *Kama Sutra* de Burton provavelmente revelaria ser um dos best-sellers mais populares de todos os tempos” (Rice, 1991: 454). Neste sentido, evidenciamos que embora a repressão às publicações obscenas fosse regulamentada pelo Estado, isto não garantiu que o público em geral fosse privado do contato com os livros.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já destacado anteriormente, a Lei de Publicações Obscenas teve consequências profundas na sociedade vitoriana, pois a ameaça de multas, prisões e a humilhante perspectiva do compartilhar o banco dos réus com criminosos comuns, além dos riscos financeiros a que estavam expostos gráficos e editores geraram certas autocensuras restritivas.

Mesmo sendo influenciado pelas pressões legais que a Lei exercia, Burton foi, em partes, bem sucedido em suas estratégias de publicação do *Kama-sutras*, afirmando, de forma enganosa, que o livro foi impresso em Benares na Índia e se utilizando de duas gráficas para se precaver do contato com os censores. Contudo, não pôde usufruir dos

direitos autorais de sua publicação, pois o registro (*copyright*) demandaria vincular a sua identidade à produção do livro, fato que o tornaria um obsceno aos olhos da sociedade vitoriana.

A princípio, poderíamos cometer um equívoco em considerar a Lei de Publicações Obscenas de 1857 como um avanço no controle e repressão a estes abusos sexuais, promovidos nas “literaturas obscenas”, difundida entre os vitorianos, tais como as retratadas no *Index* e exemplificada a partir da obra *As batalhas de Vênus*. No entanto, entendemos que o excesso de moralismo presente na concepção de obscenidade não tinha por finalidade combater a pedofilia e o estupro (que, no período, aparentemente, havia certa licenciosidade), mas inibir a sexualidade como um todo, principalmente das classes menos abastadas da sociedade. Além disso, um fato que consideramos mais grave na Lei é que havia certa licenciosidade para que, diferente das demais parcelas da sociedade, os homens das classes abastadas pudessem, em suas instituições culturais e coleções particulares, usufruir das obras, sem maiores restrições. Assim, conforme já havíamos destacado, as políticas públicas de controle das publicações obscenas estavam voltadas para as classes pobres.

Em especial, no que se refere ao *Kama-sutras*, não observarmos, de forma objetiva, a incitação ao abuso sexual. Mas, o caráter obsceno do livro, entre os vitorianos, esteve ligado ao conteúdo, que dissertava sobre a sexualidade humana. Neste sentido, acreditamos que os debates sobre a natureza do prazer sexual feminino e, principalmente, os discursos sobre a histeria (a partir de Guyot) foram determinantes para que o *Kama-sutras* fosse considerado uma literatura lasciva, sobretudo no contraste com a moralidade que norteava as possíveis interpretações sobre a obscenidade, previstas na a Lei de Publicações Obscenas de 1857.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Archer, W. G. (1988), Prefácio, in Vatsyayana, Mallanaga. *Kama Sutra*. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Ashbee, Henry Spencer (1970), *Index de livros proibidos*. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

Barbosa, Renata Cerqueira (2011), *Concepções da sexualidade romana na Inglaterra vitoriana. A leitura sobre Ovídio*.

Assis, 2011. 181 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Campus de Assis).

Burton, Richard Francis (1988), *Comentários*, in Vatsyayana, Mallanaga. *Kama Sutra*. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Corbin, Alain (1991), *Bastidores*, in Perrot, Michelle (org.). *História da vida privada 4. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo, Companhia das Letras.

Dugdale (1970), *As batalhas de Vênus*, in Ashbee, Henry Spencer, *Index de livros proibidos*. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

Gay, Peter (1988), *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras.

Gay, Peter (1990), *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. Tradução de Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras.

Guyot, Jules (1882), *Bréviaire de l'Amour Experimental*. Paris: Librairie Physiologique.

Lacerda, Aurélio (1970), Introdução, in Ashbee, Henry Spencer, Index de livros proibidos. Tradução de H. Dobal e Aurélio de Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

Malla, Kalyana (s/d), Ananga-ranga. Tradução de Olívio Tavares de Araújo. Brasília: Editora Brasília.

Margolis, Jonathan (2006), A história íntima do orgasmo. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Ediouro.

Panikkar, K. M. (1988), Introdução, in Vatsyayana, Mallanaga. Kama Sutra. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Pedro, Joana Maria (2005), “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. Revista História, 24(1), 77-98.

Rice, Edward (1991), Sir Richard Francis Burton. O agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu os Kama Sutras e trouxe As Mil e uma Noites para o Ocidente. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.

Roberts, M. J. D (1985), “Morals, Art, and the Law: The Passing of the Obscene Publications Act, 1857”. Victorian Studies, 28(4), 609-626.

Vatsyayana, Mallanaga (1988). Kama Sutra. Segundo a versão clássica de Richard Burton e F. F. Arbuthnot. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Vatsyayana (2011). Kama Sutra. Tradução do sânscrito de Daniel Moreira Miranda e Juliana Di Fiori Pondian. São Paulo: Tordesilhas.

Weissheimer, Felipe Salvador (2014), Richard Francis Burton e a inserção dos *Kama-sutras* como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883), Marechal Cândido Rondon, 129 p. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste.

Felipe Salvador Weissheimer:

Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista Promop-Udesc. Email: felipe.s.w@hotmail.com. Este artigo foi escrito a partir da Dissertação de Mestrado escrita pelo autor, sob o título *Richard Francis Burton e a inserção dos Kama-sutras como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883)*. Ver mais informações em: Weissheimer, Felipe Salvador (2014), Richard Francis Burton e a inserção dos *Kama-sutras* como um manual sexual entre os vitorianos (Inglaterra, 1883), Marechal Cândido Rondon, 129 p. Dissertação (Mestrado em História) - Unioeste.